



José Gabriel Ávila*

Olhar em frente para fazer melhor

“O setor dos transportes constitui, de há muito, um cavalo de batalha dos açorianos de todas as ilhas. Seja pela falta de portos acessíveis, seja pela inexistência de barcos.”

1. 2025 é um ano de incertezas, mas há fundadas esperanças de que a humanidade irá superar incompreensões, conflitos e guerras que não constroem a sã convivência entre os povos, muito menos o bem-estar e o desenvolvimento a que todos têm direito.

Longe das situações de conflito, de destruição e de morte, vivemos aqui, apercibendo-nos do sofrimento de povos e nações que vêm ameaçadas a sua soberania e cultura, atacados por interesses hegemónicos e nacionalismos reprováveis que se expandem sub-repticiamente, mesmo entre nós, sem qualquer contestação.

Na sua mensagem de Ano Novo o Representante da República (RR) abordou as causas desta ideologia política afirmando:

“É fundamental, em todo o caso, que os governantes tenham a humildade democrática de ouvir os ecos de descontentamento que vêm da sociedade e que, reconhecendo as suas insuficiências, ofereçam uma resposta credível àqueles que sentem a tentação de procurar movimentos mais vincadamente populistas. Movimentos políticos que, apresentando uma visão dicotómica do mundo, dividido entre o “nós” e o “eles”, se limitam a oferecer soluções simplistas para problemas que na realidade são altamente complexos.”

Julgando eu que o Embaixador Pedro Catarino fosse consequente com a condenação do populismo, ele recua, aceitando e considerando esses movimentos justificados por “compromissos estritamente necessários para garantir a estabilidade política e a continuidade da ação governativa.” Por outras palavras: o Chega apesar da sua visão “dicotómica do mundo” e das “soluções simplistas” é um bom parceiro pois garante o bem-maior que é a governabilidade da Região!...

A visão do Representante da República parece-me correta ao reconhecer a necessidade de mudanças na governação, de modo a tornar “uma sociedade civil mais dinâmica, um tecido empresarial mais empreendedor, e com o apoio de políticas públicas coerentes e estáveis”, “construir, paulatinamente, um futuro melhor”, “uma Região mais justa e solidária, reduzindo as desigualdades e o risco de pobreza, melhorando a qualidade das respostas sociais, e aumentando o rendimento disponível dos trabalhadores e dos empresários”.

A crítica e os recados às instituições autonómicas são explícitos e contundentes, pois parafraseando a mensagem do RR, explicitam os “ecos de descontentamento que vêm da sociedade”. Oxalá “os governantes tenham a humildade democrática de ouvir” e de alterar situações que dificultam a vida de muitos açorianos e não promovem o desenvolvimento harmónico.

2. Esperavam os picoenses que o Governo anunciasse o resultado do Estudo sobre a viabilidade e sustentabilidade da ampliação da pista do Aeroporto do Pico. O Prazo terminou no final do ano transacto e o documento, certamente, foi entregue na data prevista.

Aguarda-se que a solução proposta seja a desejada. De outro modo, criar-se-á um conflito entre os autores do estudo e os próprios picoenses, superiormente elucidados e defendidos por membros do Grupo do Aeroporto do Pico (GAPIX) que se empenham por esta causa que, ao longo do tempo, tem conhecido manifestas contradições políticas, reveladoras de intuítos eleitoralistas, inaceitáveis por que dependentes sempre de interesses capitalinos.

O setor dos transportes constitui, de há muito, um cavalo de batalha dos açorianos de todas as ilhas. Seja pela falta de portos acessíveis, seja pela inexistência de barcos.

Nas décadas de 50 e 60 do passado século, o tema muito discutido

na imprensa da época, devido às graves dificuldades de mobilidade dos açorianos do Grupo Central. Valeram, então, os iates do Pico, que viajavam o ano inteiro entre as ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, transportando mercadorias, pessoas e bens que os navios da “Insulana” e dos “Carregadores Açorianos” não levavam. O mesmo acontecia com os iates dos “Parece” na sua ligação com Santa Maria.

Com o início da Autonomia, a situação melhorou, significativamente, no transporte de mercadorias e durante alguns anos nas viagens dos ferries. O Governo de J.M.Boliceiro, aproveitando a interrupção ditada por Vasco Cordeiro durante a pandemia, cancelou esse tipo de transporte, contradizendo o seu próprio programa eleitoral. A justificação dada foi que era uma operação muito dispendiosa.

Mas se assim era, que se aumentasse o tarifário de viaturas e de passageiros, se reduzisse o número de viagens a um só navio. Mas não.

Isolou-se São Miguel das outras ilhas e optou-se pelo transporte de avião, com a tão propagandeada “tarifa Açores”. E quem beneficiou? A SATA e os “rent a cars”. Quanto custa anualmente? Não sei, pois nem é perguntado, nem é divulgado.

Os Açores deviam seguir os exemplos dos arquipélagos da Madeira, das Canárias, das Ilhas Gregas nas ligações ferries inter-ilhas. Neste e noutros setores já tudo está inventado e os erros que sempre os há, são imediatamente corrigidos pelos setores público e privado.

Manter tudo como está, condenando os habitantes de São Miguel apenas ao transporte aéreo é uma imposição que não faz sentido, é redutora e injusta.

Espero que em 2025, nestas e noutras matérias “os governantes tenham a humildade democrática de ouvir” para que a Região não seja apenas um arquipélago de nove ilhas dispersas.

